

Dos objetivos do Milénio ao Futuro da População¹

Manuel de Azevedo
Antunes

Professor da ULHT
Investigador
da Linha
de Investigação
em Africanologia
e Lusofonia
da UEICTS da ULHT

SALP
Sociedade
Africanológica
de Língua Portuguesa

CEPAD
Centro de Estudos
da População,
Ambiente
e Desenvolvimento

RESUMO

As Nações Unidas, na sua Assembleia-geral, de Setembro de 2000, aprovaram a **Declaração do Milénio**, onde estão previstos os Objectivos de Desenvolvimento a alcançar até ao ano de 2015.

Entre os objetivos preconizados, de uma forma sintética, seis deles reportam-se diretamente à melhoria das condições de vida das populações, principalmente das mais desfavorecidas, tais como a redução da pobreza, a escolarização, a igualdade de género, a redução da mortalidade infantil e juvenil, a melhoria da saúde materna, o combate ao VIH/SIDA e outras doenças. Os outros dois apontam para garantir a sustentabilidade ambiental e a criação de uma parceria global para o desenvolvimento.

Ao analisarmos a situação da população, em geral, e da África, em particular, não podemos deixar de nos interrogar se esses objetivos são para levar a sério, ou se não passam de mais uma piedosa intenção, igual a tantas outras, em que as organizações internacionais, Nações Unidas incluídas, têm sido férteis.

Palavras-chave: Milénio, ONU, Pobreza, População, VIH/SIDA.

ABSTRACT

The United Nations Millennium Summit, in September 2000, approved the **Millennium Declaration**, with the Millennium Development Goals to be achieved by 2015.

Among the previewed goals, in a synthetic way, six of them are directly reported to the improvement of the conditions of life of the

¹ Comunicação feita no «VI Congreso de Estudios Africanos en el Mundo Ibérico», em Las Palmas de Gran Canaria, de 7-9 de maio de 2008. Texto escrito segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, exceto nas transcrições.



populations, mainly of the more disadvantaged, such as the reduction of the poverty, the scholarship, the equality between gender, the reduction of the infantile and juvenile mortality, the improvement of the maternal health, the combat to the HIV/AIDS and other diseases. The other ones two point to guarantee the environmental sustainability and the creation of a global partnership for the development.

To analyze the situation of the population in general, and of Africa in particular, we cannot stop interrogating us if those goals are to take seriously, or they don't happen of more a merciful intention, equal so much other, in that the international organizations, included United Nations, they have been fertile.

Key words: Millennium, UN, Poverty, Population, HIV/AIDS.

Apresentação

Neste momento, encontramos-nos a meio caminho entre o ano de 2000, data da adopção dos Objetivos do Milénio, e o ano de 2015, data fixada para a sua concretização.

Foi na Cimeira dos dirigentes de 189 países do mundo, reunidos em Nova Iorque, de 6-8 de Setembro de 2000, que foi aprovada a «Declaração do Milénio das Nações Unidas» (ONU, 8 de Setembro de 2000).

Ao contrário do que é habitual em Cimeiras deste género, a Declaração foi aprovada por aclamação, o que implicou um grande trabalho para se atingir o consenso, nomeadamente em torno dos objetivos aí consagrados.

Estes foram sintetizados em oito conjuntos, para serem alcançados até ao ano de 2015, com a realização de indicadores mensuráveis. São os «Objetivos de Desenvolvimento do Milénio» (ODM).

Mas serão esses objetivos para levar a sério? Ou não passam de mais uma piedosa intenção, igual a tantas outras, em que organizações internacionais têm sido férteis?

Na análise que me proponho fazer sobre a referida problemática, terei principalmente em conta as questões da pobreza e do VIH/SIDA, com as respetivas repercussões no futuro da população.

1. Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

Os denominados «Objetivos de Desenvolvimento do Milénio», podem ser assim sintetizados, com as suas 18 metas:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome
 - Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas com rendimento inferior a um dólar por dia
 - Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, as pessoas que passam fome

2. Conseguir educação primária universal
 - Assegurar que, em 2015, todas as crianças do mundo, tanto rapazes como raparigas sejam capazes de completar a escola primária

3. Promover a igualdade entre os sexos e a emancipação da mulher
 - Eliminar a disparidade entre os sexos na educação primária e secundária, preferencialmente em 2005, e em todos os níveis de educação antes de 2015

4. Reduzir a mortalidade das crianças com menos de 5 anos
 - Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade até aos cinco anos

5. Melhorar a saúde materna
 - Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o rácio de mortalidade maternal

6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças
 - Estancar a difusão do VIH/SIDA em 2015 e começar, então a reduzir a doença

- Ter estancado a incidência da malária e outras grandes doenças em 2015 e começar, nessa data, a reduzi-las

7. Garantir a sustentabilidade do meio ambiente

- Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas e nos programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais
- Ter reduzido, em 2015, a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico
- Ter conseguido, em 2015, uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros de lata

8. Fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento

- Tratar das necessidades especiais dos países menos desenvolvidos, incluindo acesso livre de tarifas e de quotas de exportação desses países; um programa reforçado de alívio para os PPAE² e cancelamento da dívida oficial bilateral; e uma ODA³ mais generosa para países comprometidos com redução da pobreza
- Tratar das necessidades especiais dos países interiores e das pequenas ilhas em desenvolvimento (por meio do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Estados em Desenvolvimento Situados em Pequenas Ilhas e do resultado da vigésima segunda sessão especial da Assembleia Geral)
- Lidar de forma exaustiva com os problemas das dívidas dos países em desenvolvimento por meio de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo
- Em cooperação com os países em desenvolvimento, desenvolver e implementar estratégias para um trabalho decente e produtivo para a juventude
- Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais a preço comportável nos países em desenvolvimento

² Países Pobres Altamente Endividados (*Heavily Indebted Poor Countries*).

³ Assistência Oficial ao Desenvolvimento (*Official Development Assistance*).

- Em cooperação com o sector privado, difundir os benefícios das novas tecnologias, especialmente as da informática e da comunicação (Sachs, 2006: 316-317).

Em síntese, os ODM visam comprometer os países a adotar novas medidas e a unir esforços na luta contra a pobreza, o analfabetismo, a fome, a falta de instrução, a desigualdade de género, a mortalidade materna e infantil, a doença e a degradação do meio ambiente.

Como refere Jeffrey SACHS, “os primeiros sete apelam a reduções drásticas na pobreza, nas doenças e na degradação do ambiente. O oitavo objetivo é essencialmente um compromisso para uma parceria global, uma união de ricos e pobres que irá trabalhar conjuntamente na consecução dos primeiros sete” (Sachs, 2006: 317).

O que pode não vir a passar de mais uma grande utopia.

2. Um mundo – várias realidades

Apesar da universalidade pretendida, os ODM visam realidades bem diferentes, no nosso mundo. Eles só terão algum êxito se comprometerem os principais agentes: populações e governos. E forem capazes de trazer alguma melhoria de vida para os milhares de milhões de pessoas a que se destinam, a um ritmo mais acelerado do que tem sido habitual.

Embora, nos últimos trinta anos, se tenha assistido a uma significativa melhoria no mundo em desenvolvimento, com a esperança média de vida à nascença a aumentar oito anos, o analfabetismo a passar para 25%, etc., mesmo assim, o desenvolvimento humano tem progredido muito lentamente. Há até, ainda, uma meia centena de países que estão, presentemente, mais pobres do que na década de noventa, do século passado (PNUD, 2003: 2).

Por isso, como reconhece o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “se o progresso mundial continuar ao mesmo ritmo dos anos de 1990, só o Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a privação de rendi-

mento e a proporção da população sem acesso a água potável continuará a ter uma probabilidade realista de ser atingido, graças, principalmente, à China e à Índia. Regionalmente, ao ritmo actual, a África Subsariana só atingirá os Objectivos da pobreza em 2147 e, em relação à mortalidade de crianças, só em 2165. Quanto ao VIH/SIDA e à fome, as tendências na região estão a piorar – e não a melhorar” (PNUD, 2003: 2-3).

A mesma agência salienta que “há dois grupos de países que precisam de mudanças de direcção urgentes. Primeiro, estão os países que conjugam desenvolvimento humano baixo e mau desempenho em relação aos Objectivos – os países de prioridade máxima e alta. Segundo, estão os países que progridem bem em direcção aos Objectivos mas têm bolsas profundas de pessoas pobres a ficarem para trás” (PNUD, 2003: 3).

QUADRO Nº 1

Linha temporal: quando é que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio serão realizados se o progresso não acelerar?							
	Pobreza	Fome	Ensino primário	Igualdade de género	Mortalidade de crianças	Acesso a água	Acesso ao saneamento
REALIZADO	Países Árabes ^a Ásia Oriental e Pacífico	Europa Central, do Leste e CEI ^a	América Latina e Caraíbas ^a Europa Central, do Leste e CEI	América Latina e Caraíbas ^a		Europa Central, do Leste e CEI ^a	
2000	Mundo Ásia do Sul	Ásia Oriental e Pacífico			América Latina e Caraíbas	Ásia do Sul	Mundo América Latina e Caraíbas
2015					Ásia Oriental e Pacífico	Ásia Oriental e Pacífico	Ásia do Sul Mundo América Latina e Caraíbas Ásia Oriental e Pacífico
2020		América Latina e Caraíbas		Ásia Oriental e Pacífico	Ásia do Sul Estados Árabes	África Subsariana	
2050		Mundo	Ásia do Sul	Estados Árabes	Ásia do Sul	Mundo	
2100		Mundo	Estados Árabes				
2200		Ásia do Sul					
		África Subsariana	África Subsariana		África Subsariana		

Fonte: PNUD (2003: 33).

3. A questão da pobreza

A pobreza pode ser entendida em vários sentidos:

- **Carência material**, envolvendo as necessidades da vida quotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde, enfim, a carência de bens e serviços essenciais.
- **Carência de recursos económicos**, nomeadamente a falta de rendimentos (não necessariamente apenas em termos monetários). As medições do nível económico são baseadas em níveis de suficiência de recursos ou em «rendimento relativo». A União Europeia, nomeadamente, identifica a pobreza em termos de «distância económica» relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.
- **Carência Social**, como a exclusão social, a dependência e a incapacidade de participar na sociedade. Isto inclui a educação e a informação (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pobreza>. Acedido em 25 de março de 2008).

Em síntese, a pobreza é uma condição em que a falta de acesso a serviços com saúde, educação, segurança e de mínimos recursos financeiros, por parte de indivíduos de determinados grupos sociais, prejudica ou impossibilita a subsistência dos mesmos.

O que é susceptível de várias abordagens. O Banco Mundial, por exemplo, tem uma visão unidimensional da pobreza, centrada na falta de rendimentos dos indivíduos. Já a visão multidimensional, como a do PNUD, considera além da renda, variáveis como o acesso à saúde, à educação, para avaliar a exclusão das pessoas.

Por outro lado, entre alguns grupos religiosos e até filósofos, a pobreza é vista como algo de benéfico para alcançar um certo nível espiritual, moral ou intelectual. Para os budistas, por exemplo, a pobreza é considerada como um elemento essencial de renúncia. E,

para o catolicismo romano, é um princípio evangélico, assumido até por voto, em várias ordens e congregações religiosas.

Mas uma coisa é a pobreza voluntária, entendida como um benefício para o indivíduo, uma forma de autodisciplina, outra, bem diferente, é a miséria imposta pelos sistemas economicosociais a milhões de pessoas, no mundo em que vivemos.

Esta pobreza não resulta apenas de uma causa, mas de um conjunto de fatores politicolegais, económicos, socioculturais, naturais, históricos, de insegurança. Embora não seja exclusiva dos dias de hoje. É uma questão que atravessa todos os tempos e todas as sociedades conhecidas, penso que, pelo menos, a partir do neolítico. Para não irmos mais longe, recorde-se, já nos alvares da Idade Moderna, as abordagens feitas nas obras dos espanhóis Domingo de Soto e Juan de Robles, que, no dizer de Félix Santolaria Sierra “constituem o *mais importante debate ideológico* que se deu em toda a Europa do século XVI sobre o tema. E pode dizer-se que, a partir desse momento se convertem, e de modo especialmente singular Domingo de Soto, em ponto de referência para todos os tratadistas posteriores até praticamente ao começo do século XIX” (Sierra, 2003: 12).

É essa mesma questão da pobreza que está presente, como ponto de partida, no *Ensaio sobre o Princípio da População*, de 1798/1803/.../1826, de Thomas Malthus (Malthus, 1982).

O escândalo provocado pelo livro de Malthus resultou, principalmente, da maneira como o autor via a inutilidade da assistência aos pobres. De facto, desde 1562 que na Inglaterra existia um sistema de assistência, financiado pela *taxa dos pobres*, baseado nos socorros distribuídos pelas paróquias às pessoas desempregadas ou incapazes para o trabalho. No século seguinte, as próprias paróquias passaram a criar casas de trabalho – *workhouses* - para os pobres. Mas tanto um como outro sistema, além de custarem caro, resolviam mal o problema, pois as *workhouses* mais se assemelhavam a prisões e o auxílio domiciliário implicava a vinculação do pobre a uma determinada paróquia, privando-o das suas liberdades.

Para medir o grau de pobreza têm sido avançados diversos critérios. O próprio PNUD criou e desenvolveu o conceito de Índice de Pobreza Humana, à semelhança do que já havia feito, em 1990, com o Índice de Desenvolvimento Humano. Mas deparou-se com a necessidade de distinguir entre um Índice de Pobreza Humana para os Países em Desenvolvimento (IPH-1) e o Índice de Pobreza Humana em Países selecionados da OCDE (IPH-2) (PNUD, 2008: 359).

Como refere o Relatório do PNUD “Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH-1 mede o grau de privação em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH:

- Uma vida longa e saudável - grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medido através da probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Nível de conhecimentos - exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno - falta de acesso a meios económicos de subsistência, medida através da média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a um recurso de água em melhores condições de consumo e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade” (PNUD, 2008: 359).

E a fórmula de cálculo é a seguinte:

$$IPH-1 = [1/3(P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha)]^{1/\alpha}$$

onde:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)

P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos

P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade

$\alpha = 3$

Por sua vez, o IPH-2, em países selecionados da OCDE, “mede o grau de privação nas mesmas dimensões que o IPH-1, e também contempla a exclusão social. Reflete, assim, o grau de privação em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável - grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida através da probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Nível de conhecimentos - exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da percentagem de adultos (idades entre 16 e 65 anos) funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno - medido através da percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado).
- Exclusão social - medida através da taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)” (PNUD, 2008: 359).

A respectiva fórmula de cálculo do IPH-2 é:

$$HPI-2 = [1/4(P_1^\alpha + P_2^\alpha + P_3^\alpha + P_4^\alpha)]^{1/\alpha}$$

em que:

P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)

P_2 = Adultos funcionalmente analfabetos

P_3 = Percentagem de população abaixo do limiar da pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado)

P_4 = Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)

α = 3

Na análise que se segue, limito-me ao Índice de Pobreza Humana para Países em Desenvolvimento (IPH-1). Essa análise é feita, com o tratamento estatístico apropriado, a partir dos dados forneci-

dos pelo PNUD, nos seus Relatórios de 2002 e 2007/08, reportados, respetivamente, aos anos até 2000 e 2005.

QUADRO Nº 2
Pobreza nos países em desenvolvimento, em 2000

Variáveis	Nº de Países	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ÍNDICE DE POBREZA HUMANA (%)	87	3,9	62,5	27,329	14,6622
PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ AOS 40 ANOS (%)	116	2,0	53,6	20,666	15,5873
ANALFABETISMO DE ADULTOS (%)	106	1,1	84,1	26,598	19,9629
POPULAÇÃO SEM ACESSO A FONTES DE ÁGUA MELHORADAS (%)	109	0,0	76,0	25,440	20,3404
CRIANÇAS DE MENOS DE 5 ANOS COM PESO INSUFICIENTE (%)	108	1,0	48,0	19,759	12,6401
POPULAÇÃO COM 1 DÓLAR POR DIA (%)	52	2,4	72,8	28,721	19,1296
POPULAÇÃO COM 2 DÓLARES POR DIA (%)	59	6,6	90,8	53,012	25,2727
LINHA DE POBREZA NACIONAL (%)	68	4,6	86,0	36,926	17,1389

Fonte: PNUD (2002: 157-159).

QUADRO Nº 3
Pobreza nos países em desenvolvimento, em 2005

Variáveis	Nº de Países	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
ÍNDICE DE POBREZA HUMANA (%)	108	3,0	56,9	24,949	15,0791
PROBABILIDADE DE SOBREVIVÊNCIA ATÉ AOS 40 ANOS (%)	122	1,5	65,0	18,112	14,7692
ANALFABETISMO DE ADULTOS (%)	113	1,0	76,4	24,380	19,7814
POPULAÇÃO SEM ACESSO A FONTES DE ÁGUA MELHORADAS (%)	118	0,0	78,0	21,932	18,3325
CRIANÇAS DE MENOS DE 5 ANOS COM PESO INSUFICIENTE (%)	116	1,0	48,0	18,819	12,6481
POPULAÇÃO COM 1 DÓLAR POR DIA (%)	71	2,0	70,8	23,841	20,5174
POPULAÇÃO COM 2 DÓLARES POR DIA (%)	71	2,0	92,4	49,339	27,9029
LINHA DE POBREZA NACIONAL (%)	67	4,6	71,3	38,969	17,0523

Fonte: PNUD (2008: 240-242).

Da comparação entre os vários indicadores relacionados com a pobreza, constantes dos QUADROS anteriores, verifica-se, em termos médios percentuais, uma melhoria quanto a:

- Índice de Pobreza Humana (27,329% →24,949%);
- Analfabetismo de Adultos (26,598% →24,380%);
- População sem acesso a fontes de água melhoradas (25,440% →21,932%);
- Crianças de menos de 5 anos com peso insuficiente (19,759% →18,819%);
- População com 1 Dólar por dia (28,721% →23,841%);
- População com 2 Dólares por dia (53,012% →49,339%).

Mas regista-se uma agravamento da situação relativamente a:

- Probabilidade de sobrevivência até aos 40 anos (20,666% →18,112%);
- Linha de Pobreza Nacional (36,926% →38,969%).

No que concerne ao Índice de Pobreza Humana, obteve-se um ganho de 2,38%, o que, estatisticamente, aponta para uma diferença significativa entre os mesmos Índices nos períodos em análise, ainda que se situem adentro dos limites de confiança de um e do outro, a 95,00%. O que dá uma média de 0,476% ao ano, ao baixar de 27,329%, em 2000, para 24,949%, em 2005.

A manter-se este ritmo, o Índice de Pobreza Humana, nos países em questão, andarà, em 2015, pelos 20,189%. Bem longe ainda da metade (13,645%) dos 27,329% dos anos 1995-2000. E mais longe ainda da metade de 1990, ano de referência, à partida, para os Objetivos do Milénio. Algo de semelhante se poderá dizer dos outros indicadores referidos.

O que significa que pretender reduzir para metade, até 2015, os 1200 milhões de pessoas que sobrevivem com o equivalente a um dólar americano por dia, quando em dez anos esse número não baixou nada de relevante, não parece muito espectacular.

Nestas condições, é mesmo de perguntar se os ODM serão alcançados.

4. A pandemia do VIH/SIDA

As Nações Unidas consideraram que, a 12 de outubro de 1999, a humanidade teria atingido os 6 mil milhões de indivíduos.

No entanto, contava-se que, por exemplo, em Moçambique, a população deveria ultrapassar, por essa altura, os 19 milhões de habitantes. Quando, ao contrário de todas as projeções, segundo os dados do Censo de 1997, a população moçambicana andava apenas pelos 16 milhões. E algo de semelhante aconteceu noutros países africanos, onde a população recenseada ficou muito aquém do projetado.

Daí que a data apontada pelas Nações Unidas para os 6 mil milhões de pessoas sobre a Terra deva ser vista apenas como meramente simbólica, uma vez que a referida cifra só terá sido alcançada uns anos mais tarde.

Entre as várias explicações para as discrepâncias apontadas, penso que a principal variável a ter em conta é o efeito do VIH/SIDA. De facto, de há uns anos a esta parte, começa a ser aceite pela generalidade das agências internacionais que o fator SIDA fez cair drasticamente a esperança média de vida à nascença e o respetivo crescimento populacional, nomeadamente na África subsariana.

Nesse aspeto, vale a pena recordar que, já nos finais do século passado, o «U. S. Bureau of the Census», dos Estados Unidos, alertava para o facto de o SIDA ter feito cair drasticamente a esperança média de vida à nascença e o respetivo crescimento populacional, com efeitos negativos nas taxas de mortalidade, na África ao Sul do Sara (CENSUS, 1999: 56; Antunes, 2008: 202-203).

A África subsariana é a região do mundo onde a epidemia do SIDA está a evoluir mais rapidamente. E a África Austral continua a ser a região do continente africano mais atingida pelo VIH. O seguinte QUA-DRO dá conta das estimativas das Nações Unidas, referentes a 2007.

QUADRO Nº 4
Resumo Da Epidemia Do Sida, A Nível Mundial
– Dezembro De 2007 –

PESSOAS COM VIH	TOTAL	33,2 Milhões [30,6-36,1]
	Adultos	30,8 Milhões [28,2-33,6]
	Mulheres	15,4 Milhões [13,9-16,6]
	Menores de 15 anos	2,5 Milhões [02,2-02,6]
NOVAS INFEÇÕES COM VIH	TOTAL	2,5 Milhões [01,8-04,1]
	Adultos	2,1 Milhões [01,4-03,6]
	Menores de 15 anos	420 000 [350 000-540 000]
MORTES CAUSADAS PELO SIDA	TOTAL	2,1 Milhões [01,9-02,4]
	Adultos	1.7 Milhões [01,6-02,1]
	Menores de 15 anos	330 000 [310 000-380 000]

Os valores entre [] referem-se aos respetivos limites dos intervalos.
 Fonte: ONUSIDA (2007).

A avaliar por estes resultados, há uma diminuição dos indicadores do VIH/SIDA referidos, pelo menos de 2004 a fins de 2007, como se pode constatar pelo QUADRO seguinte.

QUADRO Nº 5
Resumo da epidemia do sida, a nível mundial
– dezembro de 2004 –

PESSOAS COM VIH	TOTAL	39,4 Milhões [30,6-36,1]
	Adultos	37,2 Milhões [28,2-33,6]
	Mulheres	17,7 Milhões [13,9-16,6]
	Menores de 15 anos	02,2 Milhões [02,2-02,6]
NOVAS INFEÇÕES COM VIH	TOTAL	04,9 Milhões [04,3-06,4]
	Adultos	04,3 Milhões [03,7-05,7]
	Menores de 15 anos	640 000 [570 000-750 000]
MORTES CAUSADAS PELO SIDA	TOTAL	03,1 Milhões [02,8-03,5]
	Adultos	02.6 Milhões [02,3-02,9]
	Menores de 15 anos	510 000 [460 000-600 000]

Os valores entre [] referem-se aos respetivos limites dos intervalos.
 Fonte: ONUSIDA (2004).

Essa diminuição, entre 2004 e 2007, é da seguinte ordem:

- PESSOAS COM VIH - 15,74%
- NOVAS INFEÇÕES COM VIH - 48,98%
- MORTES CAUSADAS PELO SIDA - 32,26%

Serão estes resultados já fruto da realização dos ODM?

Quanto a isso, no *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2007*, das Nações Unidas, pode ler-se: “A prevalência do VIH estabilizou, no mundo em desenvolvimento, mas o número de mortes causadas pela SIDA continua a aumentar na África Subsariana”. E, mais adiante: “As medidas de prevenção não estão a conseguir acompanhar a propagação do VIH” (IED, 2007:18-20).

5. O VIH/SIDA com POBREZA e o futuro da população

Uma das questões que se levantam ao analisar a problemática do VIH/SIDA é a de saber até que ponto esta epidemia tem implicações no crescimento populacional.

Embora não haja unanimidade sobre essa matéria, ninguém pode estar seguro quanto à expansão do VIH, havendo mesmo quem defenda, como Gerhard Heilig, que parece ser improvável que o SIDA tenha efeitos significativos no crescimento da população mundial (Heilig, 1996; Antunes, 2008: 205-206).

No entanto, ao contrário das posições de Heilig, já as *Estimativas e Projeções da População Mundial: Revisão de 1998*, das Nações Unidas, apresentavam o SIDA como uma arma devastadora quanto à mortalidade e à perda de população (Nations, 1998; Antunes, 2008: 207).

E o VIH/SIDA passou a ser uma variável incontornável em todas as projeções demográficas. Principalmente quando associada com a pobreza, como acontece nos países subdesenvolvidos.

Mesmo assim, o Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População (FNUAP) considera que o crescimento da população continua a ser um problema, com um aumento de cerca de 76 milhões de pessoas por ano, na perspectiva de, em 2050, a população mundial ter mais 2500 milhões de pessoas do que atualmente, número equivalente ao da população do globo em 1950. Ainda que a taxa de crescimento tenha vindo a diminuir a partir de meados de 1990 (UNFPA, 2004: 8), altura em que andou pelos 2,0% ao ano, para, em 2007, se situar em 1,1% (UNFPA, 2007: 8). O que é devido, “em grande medida a que os efeitos do VIH/SIDA em África têm sido piores que o anteriormente previsto e a que o crescimento nos países desenvolvidos caiu mais rapidamente que o estimado. Nos 38 países africanos mais afetados pelo VIH/SIDA, segundo as projeções até 2015, haverá 823 milhões de pessoas, 91 milhões menos que a quantidade que existiria se não existisse o SIDA, mas mais 50% do que em 2008 (se não houvesse o VIH/SIDA, essas populações teriam aumentado uns 70%)” (UNFPA, 2004: 8).

Conclusão

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio representam uma janela de esperança para a diminuição da pobreza no mundo.

De 2000 a esta parte, todos os anos, as Nações Unidas elaboram um Relatório em que é feito o balanço sobre os progressos realizados para alcançar os ODM.

No Relatório de 2007, Ban Ki-Moon, atual Secretário-Geral das Nações Unidas, alerta para o facto de que “os resultados apresentados no presente Relatório sugerem que se registaram alguns avanços e que o êxito continua a ser possível na maior parte do mundo. Mas também revelam o muito que há para fazer. É manifestamente necessário que os dirigentes políticos empreendam acções urgentes e concertadas, caso contrário milhões de pessoas não conseguirão concretizar as promessas básicas dos ODM nas suas vidas” (IED, 2007: 3).

O que aponta para a análise aqui feita.

Nestas circunstâncias, os ODM podem ter tanto de esperança, como de fracasso. Até porque, nalguns casos, reafirmam compromissos antigos, que não foram cumpridos pela comunidade internacional.

Quem não se lembra da «Saúde para todos no ano 2000», do «Acesso Universal à Educação no ano 2000», dos «0,7% do PIB», dos países ricos, para apoio oficial ao desenvolvimento? Tudo promessas não cumpridas.

A ver vamos o que se passará com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Embora, ao que parece, nomeadamente com a escalada do preço dos alimentos e das matérias-primas, as perspetivas não sejam das mais otimistas.

BIBLIOGRAFIA

Antunes, Manuel de Azevedo (2008). População em Moçambique – Os efeitos do VIH/SIDA. *Africanologia – Revista Lusófona de Estudos Africanos*, 1. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

CENSUS, U. S. Bureau of the (1999). *World Population Profile: 1998*, Report WP/98, Washington, DC: U.S. Government Printing Office.

Heilig, Gerhard K. (1996). *World Population Prospects: Analyzing the 1966 UN Population Projections*. IIASA LUC-Project, WP-96-146, Laxenburg, Áustria [Versão eletrónica]. Acedido em 18 de julho de 1999 em <http://www.iiasa.ac.at/Publications/Documents/WP-96-146.html/>

IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (dezembro de 2007). *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 2007*. Lisboa: IED em nome da Organização das Nações Unidas.

Malthus, Thomas (1982). *An Essay on The Principle of Population*. London: Everyman's Library. (Publicação original 1798).

Nations, United - Population Division - Department of Economic and Social Affairs (1998). *World Population Estimates and Projections: 1998 Revision*. [Versão eletrónica]. Acedido em 18 de Julho de 1999 em <http://www.popin.org/pop1988/1.htm>

ONU (8 de setembro de 2000). *Resolução A/RES/55/2*.

ONUSIDA (diciembre de 2007). *Situación de la epidemia de SIDA*. Ginebra.

ONUSIDA (diciembre de 2004). *Situación de la epidemia de SIDA*. Ginebra.

PNUD (2008). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Coimbra: Almedina.

PNUD (2003). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. Lisboa: Mensagem.

PNUD (2002). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002*. Lisboa: Mensagem.

Sachs, Jeffrey (2006). *O Fim da Pobreza – como consegui-lo numa geração* (Paulo Tiago Bento, Trad.). Cruz Quebrada, Portugal: Casa das Letras / Editorial Notícias. (Publicação original 2005, em inglês).

Sierra, Félix Santolaria (2003). Edición y estudio introductorio de *El Gran Debate sobre los Pobres en el Siglo XVI – Domingo de Soto y Juan de Robles – 1545*. Barcelona: Editorial Ariel.

UNFPA (2007). *Estado de la población mundial 2007*. UNFPA.

UNFPA (2004). *Estado de la población mundial 2004*. UNFPA.